

Ata nº 15 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte dois dias do mês de Fevereiro de 2016, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais;

2. Apresentação do parecer sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança (Isabel Santos – PS)

3. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão e prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- No âmbito da discussão do Orçamento Geral Estado realizar-se-á na CNECP, a audição do Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros**, em **2 de março**, pelas **14 horas**.
- Tendo em conta o calendário previsto para as audições/OE dos diferentes membros do Governo (especialidade), e o leque de matérias relevantes no âmbito da CNECP, caso exista interesse dos Deputados em participar em alguma audição de outra Comissão, deve tal intenção, por facilidade operacional, ser manifestada junto dos Serviços.
- Foi recebido um convite da **OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal**, SA para que a Comissão visite as instalações do Parque Aeronáutico de Alverca. Qual a **melhor data?**

Foi unanimemente estabelecido como melhor dia uma 4.ª feira de manhã, ficando os Serviços da Comissão mandatados para agendar a data em concreto.

- Relativamente ao Seminário Diplomático da CPLP, foi já remetido por via eletrónica a todos os Senhores Deputados o convite para participação. Relembrou que o evento decorrerá a 3 de março, pelas 16 horas, no Auditório da Sede, em Lisboa.

Ponto 2.

Relativamente a este ponto da OD, tomou a palavra a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) para apresentação do Parecer por si elaborado, tendo começado por referir trata-se de um trabalho aberto à participação de todos os Deputados da Comissão que assim o entenderem. O presente trabalho baseia-se em documento de junho de 2015, da Comissão Europeia, pelo qual se pretende rever a estratégia europeia de segurança, constituindo este um momento de reflexão sobre a matéria, que culminará com a apresentação de uma nova estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União, em meados de 2016. O documento em análise identifica três aspetos fundamentais definidores dos novos desafios e oportunidades que emergem do presente contexto global: o mundo de hoje é um mundo globalmente interligado, é um mundo, também mais contestado, tanto interna como exteriormente ao espaço Europeu e, finalmente, o contexto peculiar e novo do relacionamento internacional indutor de uma marcante complexidade e onde os atores não são apenas os tradicionais estados soberanos. Aflorou, de seguidas, algumas das linhas estratégicas que mais interessam a Portugal, destacando a África subsariana, a África subequatorial que não pode ser esquecida, atento o espaço de influência da língua e de fortes comunidades portuguesas, bem como o reforço do multilateralismo, nomeadamente no âmbito do flanco atlântico e da NATO, sublinhando ainda, de entre outros aspetos, a necessidade de uma maior clareza e assertividade do discurso da União neste domínio.

Interveio o Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) considerando a análise feita no Parecer perfeitamente pacífica. Estamos perante um documento e área que são centrais para a política externa da União. Terminou, felicitando a Autora do Parecer pelo excelente trabalho realizado e declarou que o seu Grupo votá-lo-á favoravelmente.

Interveio a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) que, em nome do seu Grupo Parlamentar, felicitou a Autora pelo trabalho realizado. Entende que o problema de fundo está no documento de origem __ cujo teor não colhe a concordância do PCP __ e não no Parecer que o analisa corretamente. O documento da Alta Representante veio colocar no mesmo saco critérios que não são conjugáveis, como é o caso da colocação no mesmo patamar dos fenómenos das migrações e refugiados relativamente ao terrorismo. Indicou, por isso que o PCP votará contra, com base na declaração de voto que, posteriormente entregue, seguidamente se transcreve:

“Foi apreciado e votado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em reunião ocorrida no dia 22 de fevereiro, o Parecer relativo à Revisão da Estratégia Europeia de Segurança: A UE num ambiente Global em Mutação: Um mundo mais interligado, contestado e complexo. O Grupo Parlamentar do PCP votou contra o Parecer. As razões do voto contra fundam-se nas razões a seguir elencadas.

- 1- Entende o PCP que as propostas de alterações tratam de forma igual assuntos que não podem, nem devem nunca ser confundidos. Não podemos confundir refugiados, fluxos migratórios, criminalidade e terrorismo. Estas confusões só servem para o crescimento de forças racistas, xenófobas e fascistas, e a sua ação de terror.
- 2- As alterações propostas são uma resposta reativa para combater o terrorismo e os atos hediondos ocorridos. Ora, entende o PCP que para combater com eficácia o terrorismo é preciso ser coerente para se combater coerentemente o terrorismo. O que queremos dizer com isto é que os Estados que mais têm legislado supostamente para combater o terrorismo têm sido os mesmos que têm disponibilizado apoio, financiamento, armamento e instrumentalização dos grupos que espalham o terror e perpetram os mais hediondos atos contra as populações, depois de financeiramente e militarmente reforçados, são agora utilizados para perpetrar o terror sobre a população. Acresce ainda que há que evitar derivas erráticas. Importa recordar que desde 2001 para cá aconteceu Guantánamo; o Patriot Act e prisões secretas na Europa; voos secretos da CIA; guerras no Iraque, na Líbia, na Síria; e a criação do Estado Islâmico, que é inseparável das consequências dessas guerras.
- 3- As alterações propostas vão no sentido de aprofundar o caminho militarista e securitário há muito trilhado pela União Europeia nas relações internacionais.
- 4- Por fim, o documento contorna deliberadamente a raiz do problema, não contribuindo para a sua solução, para o aumento da segurança dos cidadãos ou para uma estratégia coerente de cooperação entre Estados que combata e sobretudo previna o terrorismo. Pelo contrário, este documento acentua uma estratégia deliberada da UE de cerceamento da liberdade democrática e das liberdades individuais, insistindo na tese peregrina da falsa dicotomia liberdade-segurança e apoia uma visão militarista de alegado combate ao terrorismo que ao invés de enfraquecer fortalece as lógicas do ódio e da guerra.

Entende o PCP que a resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas mais profundas causas – políticas, económicas e sociais – e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da paz, da democracia, da soberania e independência dos Estados, da solidariedade entre os povos.

No momento trágico que se vive na Europa, com o êxodo de centenas de milhar de seres humanos que, fugindo à guerra, à miséria, à fome e à morte, de países do Médio Oriente e do continente Africano, arriscam a vida buscando a sobrevivência em solo europeu, o que seria importante discutir era a resposta imediata aos mesmos, mas também as causas que estão na origem das migrações. O documento objeto de Parecer nada diz sobre isto, antes pelo contrário as medidas apontam para o aprofundamento de uma visão instrumental, xenófoba e militarista da chamada política migratória e de vizinhança da União Europeia. Este paradigma da Europa-Fortaleza criada com Schengen – e que o PCP desde sempre criticou e rejeitou – considera, à partida, todos os migrantes que queiram vir para a Europa, indesejáveis, a menos que algo de rentável se possa retirar com a sua chegada. Essa estratégia tem sido particularmente desenvolvida pela Comissão Europeia através do lançamento da chamada «Agenda Europeia para a Migração 2015». Neste programa propõe-se a triplicação dos fundos da Operação Tritão e do Programa Frontex, vocacionados para o controlo das fronteiras externas da UE e não para o salvamento e integração dos migrantes e refugiados. É uma agenda que propõe o reforço da cooperação de instituições de cariz policial – como o Eurojust e a Europol – com a política de asilo da UE, nomeadamente para identificação por impressão digital do ADN dos migrantes e para proceder ao repatriamento de todos aqueles que não se consideram que necessitam de proteção especial. Mais recentemente, foi aprovada uma operação militar da NATO no mar Mediterrâneo, que acentua o carácter securitário na abordagem da crise humanitária ao invés de se garantir o cumprimento da carta dos Direitos Humanos da ONU. Operação que levanta muitas questões ao Relator especial da ONU sobre os Direitos Humanos dos Migrantes.

A resposta ao drama humanitário exige medidas imediatas e no terreno, nomeadamente a criação de rotas seguras e legais. Exige uma inversão na política da União Europeia que responda de facto ao drama dos refugiados de guerra e outros migrantes que fogem da miséria, da doença e da fome.”

Interveio a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) para concordar no sentido de que as matérias a abordar no futuro documento europeu sobre a nova estratégia possa segmentar melhor as medidas a preconizar, de acordo com a sua natureza. Convirá ainda, referiu, evitar futuramente que certas abordagens mais populistas possam depois “cavalgar” a visão da União sobre estes assuntos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 15 horas.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160222.mp3

Palácio de S. Bento, 22 de Fevereiro de 2016

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
José Cesário
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Fernando Jesus
Hugo Pires
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
Joana Lima
Lara Martinho
Maria Germana Rocha
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/09/2016.